

Apropriações urbanas e direito à paisagem: o caso do Bairro Nova Viçosa, Viçosa/MG¹

Planejamento participativo e experiências cotidianas na construção da paisagem

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Thamara Ramalho Calonga
Universidade Federal de Viçosa
E-mail: thamara.calonga@ufv.br

Marília Solfa
Universidade Federal de Viçosa
E-mail: marilia.solfa@ufv.br

RESUMO

Este artigo investiga como as apropriações espontâneas do espaço público revelam dimensões humanas, sociais e afetivas da paisagem urbana. A pesquisa tem como objeto o bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG, e tem como objetivo compreender como as ações de apropriação, que configuram novas paisagens, revelam desejos e necessidades a respeito do uso dos espaços públicos, e como poderiam indicar caminhos para uma gestão urbana mais participativa e próxima dos usuários. A metodologia combinou observação direta, entrevistas e mapeamento de apropriações para registro e análise. Os resultados evidenciam que a apropriação popular não apenas ressignifica o espaço público, mas também fortalece vínculos sociais, pertencimento e cidadania. Conclui-se que reconhecer essas práticas é essencial para reorientar as práticas de projeto e planejamento urbano, ampliando o direito à paisagem como dimensão da vida digna.

PALAVRAS-CHAVE: apropriação urbana; participação cidadã; paisagem; espaço público; planejamento participativo.

ABSTRACT

This article discusses how spontaneous appropriations of public space reveal human, social, and affective dimensions of the urban landscape. The research focuses on the Nova Viçosa neighborhood in Viçosa, Minas Gerais, and aims to understand how acts of appropriation, which shape new landscapes, reveal desires and needs regarding the use of public spaces, and how they could point to ways for more participatory urban management that is closer to users. The methodology combined direct observation, interviews, and mapping of appropriations for recording and analysis. The results show that popular appropriation not only re-signifies public space but also strengthens social bonds, belonging, and citizenship. It is concluded that recognizing these practices is essential to reorient urban design and planning, expanding the right to landscape as a dimension of dignified life.

KEYWORDS: urban appropriation; citizen participation; landscape; public space; participatory planning.

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

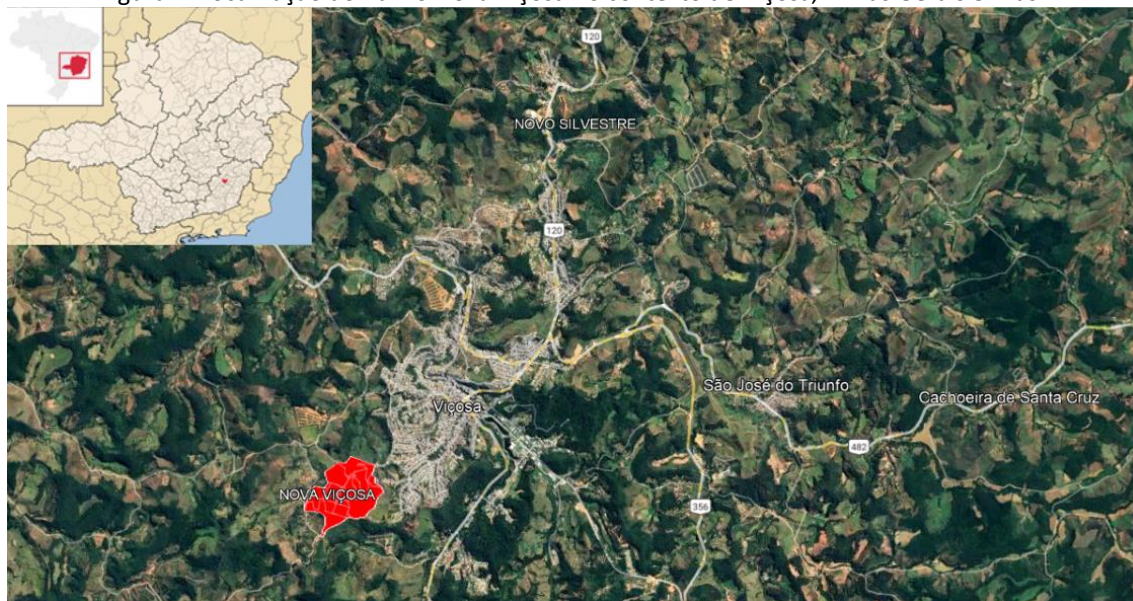
1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propôs-se a investigação das apropriações espontâneas no espaço público urbano, considerando como recorte as ações encontradas na contemporaneidade, nas ruas do bairro Nova Viçosa, um bairro periférico da cidade de Viçosa, município situado na região da Zona da Mata em Minas Gerais. O estudo foi desenvolvido a partir da valorização das práticas cotidianas dos habitantes, considerando que tais práticas poderiam redirecionar as formas tradicionais de planejamento urbano, no sentido de mostrar a pertinência da concepção de formas alternativas de planejamento.

Poderíamos citar como exemplo de planejamento alternativo as práticas de planejamento *bottom-up*, uma abordagem que se contrapõe aos modelos tradicionais, *top-down*, nos quais as decisões são tomadas pelo Estado, por técnicos ou por grandes agentes econômicos, sem a participação direta da população. Em oposição a essa lógica centralizadora, o planejamento *bottom-up* parte das iniciativas dos próprios moradores, coletivos locais e movimentos sociais, reconhecendo-os como agentes legítimos da transformação urbana (Talen, 2015). Trata-se de um processo que emerge das práticas cotidianas, criativas e colaborativas dos sujeitos que habitam o território: mutirões, hortas, mobiliários improvisados, redes solidárias e ações comunitárias que respondem às carências e reinventam o uso do espaço urbano (Crawford, 2004). Nesse sentido, acreditamos que o mapeamento e a valorização das apropriações espontâneas do espaço público sejam um passo importante para possibilitar a consolidação de abordagens *bottom-up* de planejamento urbano.

O Bairro Nova Viçosa (Figura 1) surgiu na década de 1970, no contexto de expansão urbana de Viçosa motivado pela federalização da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), processo que intensificou a demanda habitacional e valorizou as áreas próximas ao campus. Criado em 1978 e destinado às classes populares, o bairro ofertava lotes de baixo custo, porém sem qualquer infraestrutura básica: faltavam pavimentação, transporte público, redes de energia e saneamento. Implantado em uma área periférica e geograficamente isolada, consolidou-se como um território marcado pela segregação socioespacial (Coelho, 2013).

Figura 1: Localização do Bairro Nova Viçosa no contexto de Viçosa, Minas Gerais e Brasil



Fonte: Google Earth; Wikipédia, modificado pela autora, 2025.

No que diz respeito às características socioeconômicas e demográficas da área e de seus moradores, observa-se, ainda hoje, um cenário marcadamente excludente, diretamente relacionado ao processo de formação anteriormente descrito. Em síntese, as condições que orientaram o desenvolvimento do bairro produziram um território periférico desassistido, socialmente isolado e de baixa renda, cujo crescimento ocorre sem o devido acompanhamento e suporte do poder público. Essa realidade se evidencia no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) intraurbano de Viçosa: o bairro Nova Viçosa apresenta o menor IDH do município, igual a 0,570, em contraste com o IDH municipal de 0,775 (Abreu et al., 2011).

A ausência de atuação do poder público nesse território resulta em espaços públicos amplamente abandonados, o que leva os moradores a intervir nesses locais com o intuito de garantir as condições mínimas de apropriação e de uso. Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa é investigar como a população do bairro Nova Viçosa atua na apropriação e transformação do espaço público urbano, entendendo em que contexto essas apropriações surgem e como se desenvolvem. Busca também investigar a possibilidade destas apropriações evidenciarem demandas que não são consideradas e/ou atendidas pelo poder público, incitando o desenvolvimento de uma política de planejamento urbano mais participativa e democrática.

Figura 2: Panorama do Bairro Nova Viçosa na sua inauguração (1978) e atualmente (2025)



Fonte: Coelho *apud* Melo, 2013; Google Earth, 2025.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender como as forças do capital imobiliário e do desenvolvimento neoliberal moldaram espaços de inserção precária em Viçosa, especialmente no bairro Nova Viçosa, e de que forma as apropriações espontâneas do espaço urbano revelam resistências e potencialidades locais, apesar da extrema precariedade. A partir da observação direta dessas práticas, busca-se demonstrar que o reconhecimento e a valorização de tais apropriações podem fortalecer o diálogo entre poder público e comunidade, promovendo um planejamento urbano mais empático, democrático e conectado às reais necessidades sociais. Assim, este estudo pretende contribuir para o debate sobre metodologias alternativas no planejamento urbano, capazes de complementar os instrumentos tradicionais e inspirar práticas aplicáveis também a outros municípios brasileiros, reforçando a importância de integrar a dimensão humana e participativa na produção do espaço urbano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 1961, Jane Jacobs, jornalista americana, propôs uma crítica à realidade urbana da época, principalmente nos Estados Unidos, em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*. A autora, a partir de uma abordagem prática e empírica, sugeria um olhar atento à vida cotidiana nas cidades, desmascarando e atacando propostas de um urbanismo moderno autoritário, tecnocrático e se contrapondo ao espaço que ele produzia, reflexo do capitalismo. Jacobs (2011) reforçava a necessidade de lugares acessíveis e qualificados onde o interesse privado não se sobrepusesse ao bem comum, um espaço urbano com acesso equitativo aos recursos e serviços,



além de democrático e participativo, capaz de ser palco da vida cotidiana, das lutas sociais e da construção de identidades.

Diante de um cenário similar, porém com a França como pano de fundo, o filósofo Henri Lefebvre lançou, em 1968, o livro *O Direito à Cidade*, uma crítica estrutural ao capitalismo e ao espaço abstrato produzido por ele. Nesta obra, o autor introduz a noção do espaço como produto social, ampliando as ideias de Marx além da economia e aplicando-as no campo da geografia, urbanismo e filosofia da vida cotidiana. Segundo Lefebvre (2000), o espaço urbano não é neutro e nem abstrato, e deve ser entendido como um espaço vivo e socialmente construído, ligado à vida cotidiana e à luta contra os processos de exclusão produzidos pela urbanização capitalista. Ele compreende o “direito à cidade” não apenas como o direito de estar fisicamente no espaço, mas de transformá-lo e apropriá-lo de maneira ativa, coletiva e significativa.

Villaça (2011) aprofunda essa discussão, afirmando que o espaço urbano resulta de interesses econômicos, políticos e ideológicos, articulados na lógica da dominação social. Assim, ele atua como instrumento ativo na reprodução da desigualdade, favorecendo determinados grupos em detrimento de outros. O urbano é simultaneamente um produto histórico e uma realidade presente, meio pelo qual os indivíduos consomem coletivamente bens e serviços necessários à reprodução da vida: habitação, transporte, cultura e lazer (Carlos, 2008).

O planejamento urbano tradicional, como consolidado ao longo do século XX, é fruto de um processo centralizado e técnico, marcado pela imposição de diretrizes urbanísticas de cima para baixo, frequentemente descoladas da realidade cotidiana da população. Souza (2010) argumenta que seus obstáculos não se dão por limitações materiais, mas sim políticas, visto que a participação popular é ainda vista como um fardo ou empecilho, e não como um direito.

Milton Santos (2007) amplia esse debate ao relacionar cidadania e urbanização. Em um contexto brasileiro de falsa democracia, o cidadão é transformado em consumidor, alienado e competitivo. Já em *A Urbanização Brasileira* (2013), o autor identifica a urbanização corporativa, moldada pela especulação imobiliária, que gerou um espaço polarizado, segregado e afastado da agenda política. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) surge como tentativa de inserção da participação popular no planejamento, fruto de um longo processo de lutas sociais pela reforma urbana (Rodrigues, 2005).

Apesar de o Estatuto da Cidade consolidar a participação como “direito inalienável” (Souza, 2010, p.334) e instituir instrumentos que, em tese, garantiriam gestão democrática, como audiências, consultas, conferências e iniciativa popular, a prática revela um descompasso profundo entre essa participação instituída e a participação desejada. Se, por um lado, o marco legal foi fruto de lutas históricas (Rodrigues, 2005) e buscou superar o tecnocratismo herdado do período autoritário, por outro, sua implementação tem sido frágil, desarticulada e frequentemente capturada por interesses privados, reforçando aquilo que Santos (2013) identifica como urbanização corporativa e o afastamento da população da agenda política. Assim, o que deveria proporcionar codificação e controle social, condição para que planos e políticas deixem de ser meras peças burocráticas (Fernandes, 2013; Oliveira; Lopes; Sousa, 2018), converte-se, muitas vezes, em rituais formais de escuta sem redistribuição real de poder, confirmando a crítica de Villaça (2005) sobre a participação como legitimação de decisões previamente tomadas. Esse cenário alimenta ceticismo, baixa credibilidade dos processos participativos e um sentimento de não pertencimento (Lüchmann; Amorim; Borba, 2025), tensionando a distância entre a participação prevista na lei e aquela necessária para enfrentar um modelo de urbanização marcado pela desigualdade, pela racionalidade instrumental das



instituições e pelo predomínio dos interesses das classes dominantes (Souza, 2010; Silva; Rodrigues, 2018).

A compreensão do planejamento urbano alternativo exige o reconhecimento das práticas não institucionalizadas que produzem o espaço à margem dos instrumentos oficiais. Michel de Certeau (1998), em *A Invenção do Cotidiano*, diferencia “estratégias”, as ações planejadas pelas instituições, das “táticas”, práticas cotidianas daqueles que não possuem um “lugar próprio” no sistema dominante, mas que reinventam o uso do espaço a partir de necessidades concretas. A transformação informal do espaço urbano revela, portanto, táticas com racionalidades próprias, construídas a partir da colaboração em resposta a urgências locais e à revelia das leis municipais.

A informalidade, longe de representar desordem, constitui um sistema com lógica própria e evidencia a tensão permanente entre a regulação estatal e a vida cotidiana. Santos e Vogel (1985), em *Quando a Rua Vira Casa*, demonstram como o cotidiano transborda para o espaço público, transformando a rua em extensão da casa, um lugar de convívio, trabalho e sociabilidade. Essa dinâmica fortalece os laços comunitários e produz formas de segurança baseadas na presença e no reconhecimento mútuo, configurando a rua como um espaço vital de construção coletiva.

Nessa mesma direção, Margaret Crawford (2004) cunhou o termo *Everyday Urbanism* (Urbanismo Cotidiano) como crítica às abordagens tradicionais de planejamento. Inspirada em Lefebvre, Crawford compreende o cotidiano como um repositório de significados e propõe uma prática situada e parcial, que opera nos “cantos e frestas” da cidade por meio de pequenas transformações acumulativas. Sua abordagem valoriza as práticas ordinárias e empíricas que humanizam o espaço urbano, reconhecendo a multiplicidade e a heterogeneidade das experiências que compõem a vida na cidade.

McFarlane e Silver (2017) aprofundam essa perspectiva ao afirmar que a cidade é vivida por meio de práticas relacionais e inventivas, construídas a partir de arranjos locais, ações coletivas e estratégias sociais. Nessa chave, os bairros populares deixam de ser entendidos apenas como espaços de carência e passam a ser reconhecidos também como territórios dinâmicos, dotados de potência criativa.

Adebara, Adebara e Taiwo (2023) reforçam essa leitura ao defender que o planejamento urbano deve incorporar as práticas insurgentes aos processos formais de desenho e regulação. Para esses autores, a vitalidade urbana reside nas práticas cotidianas, que não são meramente reativas, mas profundamente transformadoras. São ações criativas e autônomas que constroem a cidade “de baixo para cima”.

Essas práticas, que vão desde a ocupação de calçadas com elementos de paisagismo até a criação de hortas coletivas, bancos improvisados, mobiliários artesanais, pequenas praças e coberturas, revelam soluções adaptativas e afetivas que respondem diretamente às necessidades locais. A tensão entre o formal e o informal, portanto, deixa de ser vista como um problema e passa a constituir uma fonte de aprendizado. A lógica que orienta essas intervenções distancia-se da racionalidade técnica do planejamento tradicional e se aproxima de uma racionalidade do cuidado, da presença e da coletividade. Um banco construído de forma colaborativa na calçada ou uma festa de bairro que ocupa temporariamente o espaço público não apenas suprem carências materiais, mas fortalecem laços sociais e sentimentos de pertencimento. Como afirma Certeau (1998), tais táticas ressignificam o espaço e revelam que a cidade é sempre mais do que o planejado.

Assim, compreender o urbanismo cotidiano, as apropriações espontâneas do espaço e a possibilidade de formas alternativas de planejamento é essencial para repensar o papel da



população na produção da cidade. Elas revelam que, mesmo à margem do poder público, os cidadãos reinventam, cuidam e transformam o espaço urbano em um campo vivo de resistência, criatividade e pertencimento.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para compreender as práticas sociais, os significados e as dinâmicas espaciais presentes no bairro Nova Viçosa, foi necessário definir um percurso metodológico que possibilitasse uma aproximação da realidade investigada a fim de interpretá-la.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa nas ciências sociais lida com um objeto histórico, dinâmico e específico, cuja compreensão exige reconhecer a complexidade das relações sociais. As sociedades humanas se formam em contextos históricos determinados, vivendo um presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, o que torna o fenômeno social provisório e em constante transformação. Nessa perspectiva, a pesquisa envolve a análise de ações, significados e construções coletivas, considerando que as estruturas sociais são ações objetivadas carregadas de intencionalidade. Minayo (2001) ressalta que a cientificidade nas ciências sociais deve ser entendida como um horizonte regulador e não como um conjunto fixo de normas, visto que a pesquisa nesse campo é tateante, revisita teorias, reconstrói conceitos e integra múltiplos olhares sobre a realidade.

Frente a isso, este trabalho adota uma abordagem qualitativa por compreender que a realidade social, espacial e comunitária do bairro estudado não pode ser plenamente apreendida por meio de números ou indicadores isolados. Como destaca Minayo (2010), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, buscando entender a profundidade dos fenômenos e não apenas descrevê-los superficialmente.

Neste trabalho, a estratégia de pesquisa consistiu em articular uma análise qualitativa ao estudo do recorte espacial adotado: o bairro Nova Viçosa, em Viçosa/MG. A escolha desse bairro deve-se ao fato de ele ser marcado por dinâmicas comunitárias expressivas, com associações locais que desempenham papel ativo no apoio à população. Além disso, estudos anteriores já apontaram a presença de tensões e a recorrente ausência do poder público no bairro, configurando um conjunto de desafios urbanos que refletem problemas amplamente observados nas cidades brasileiras

Metodologicamente, este trabalho se deu a partir de uma pesquisa de campo que consistiu em um processo de observação não participante, através do qual foram realizados um levantamento fotográfico e um mapeamento das apropriações identificadas dentro do recorte estudado. O objetivo desta etapa foi observar fatos e fenômenos conforme naturalmente ocorrem e coletar dados relacionados a eles, além de registrar variáveis consideradas pertinentes. Esta etapa foi dividida na I) investigação e passeio virtual, pelo Google Earth, em todas as ruas do Bairro Nova Viçosa, para identificação inicial das apropriações do espaço urbano e II) investigação in loco para comparação, fotografia, documentação e mapeamento das apropriações.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas com os usuários desses espaços, e as apropriações urbanas identificadas foram analisadas e classificadas. Os dados coletados foram analisados de forma a entender como as apropriações alternativas definem e materializam demandas da comunidade referentes ao uso e ocupação do espaço público urbano.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mapeamento das apropriações espontâneas consideradas neste trabalho foi conduzido a partir de critérios específicos: foram consideradas apenas as apropriações que estavam presentes no local durante o tempo de desenvolvimento desta pesquisa. Apesar disso, reconhecemos a efemeridade dessas práticas, muitas vezes temporárias e/ou de curta duração. Foram incluídas no levantamento apenas aquelas práticas observadas e entendidas como ações promovidas pelos próprios moradores de maneira autônoma, sem a mediação ou participação do poder público.

Para o mapeamento das apropriações espontâneas, foram utilizadas ferramentas digitais e visitas presenciais, combinando levantamento remoto e observação direta do território. Inicialmente, foi realizada uma rodada de análise virtual utilizando o *Google Earth* e o *Google Street View*, o que permitiu compreender os recortes espaciais do bairro e identificar preliminarmente as ações de apropriação “observáveis” nas ruas e espaços públicos. A partir dessa exploração virtual, foi feito um levantamento preliminar das apropriações, registrando sua localização.

Em um segundo momento, realizou-se uma visita in loco, na qual foi possível verificar a existência e a atualidade das ações identificadas virtualmente, bem como registrar outras apropriações que não estavam claramente visíveis nos recursos digitais. Essa combinação de ferramentas permitiu não apenas a localização georreferenciada das ações, mas também uma compreensão mais precisa de sua presença, dimensão e características, garantindo que o mapeamento refletisse as apropriações espontâneas de forma fidedigna.

As apropriações identificadas foram caracterizadas a partir da observação de sua composição, localização, a percepção do entorno (isto é, como cada intervenção dialoga com a paisagem e com os usos existentes) e dos materiais empregados em sua execução. A partir das imagens de referência, das observações em campo e da identificação da recorrência de determinados padrões, as intervenções foram agrupadas em categorias distintas, de modo a facilitar a análise comparativa e a compreensão de suas dinâmicas. As categorias definidas foram: mobiliário urbano, espaços livres de estar, festas e eventos, paisagismo, finalidade comercial e infraestrutura urbana. Essa sistematização permitiu compreender a diversidade das apropriações espontâneas e a forma como cada tipo de ação se manifesta no território, servindo de base para a elaboração dos mapas e diagramas que ilustram sua distribuição espacial.

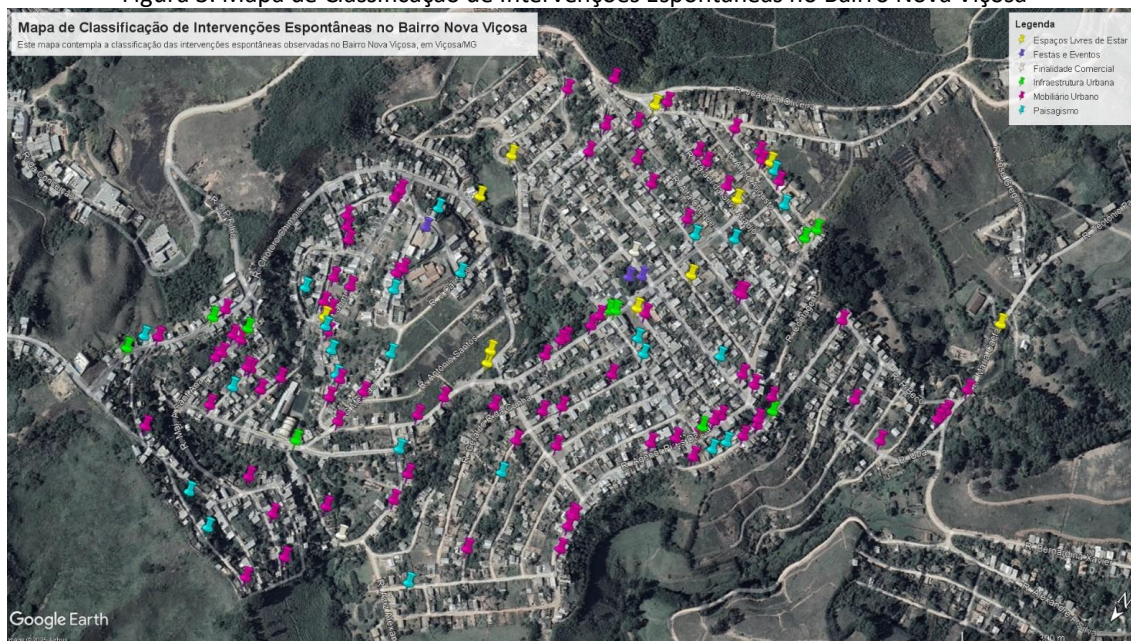
As categorias foram estabelecidas considerando a função, o tipo de intervenção e seu impacto no espaço público. A categoria mobiliário urbano inclui bancos, mesas e outras estruturas improvisadas, que revelam a necessidade de equipamentos básicos inexistentes, mas essenciais para o convívio. Espaços livres de estar abrangem áreas de descanso e sociabilidade, com elementos concebidos para o sombreamento e arranjos de mobiliário que estimulam encontros, evidenciando a apropriação social e cultural do território. As festas e eventos, sejam recorrentes ou pontuais, representam ocupações temporárias organizadas pela própria comunidade e, embora efêmeras, contribuem para a identidade local e fortalecem o sentimento de pertencimento.

A categoria paisagismo reúne hortas, jardins e plantios comunitários, mas sobretudo a ocupação de calçadas com vasos e plantas, indicando a porosidade entre o espaço doméstico e o público e a expansão das práticas de cuidado e ornamentação para além do universo doméstico. Já a categoria finalidade comercial engloba pequenos comércios autônomos, como trailers, que dinamizam a vida urbana e, ao mesmo tempo, evidenciam a apropriação do espaço público para a realização de atividades privadas. Por fim, a infraestrutura urbana improvisada refere-se a

pequenos reparos e construções, como bancos em pontos de ônibus e passarelas improvisadas, que buscam suprir lacunas deixadas pela gestão pública e atender necessidades cotidianas.

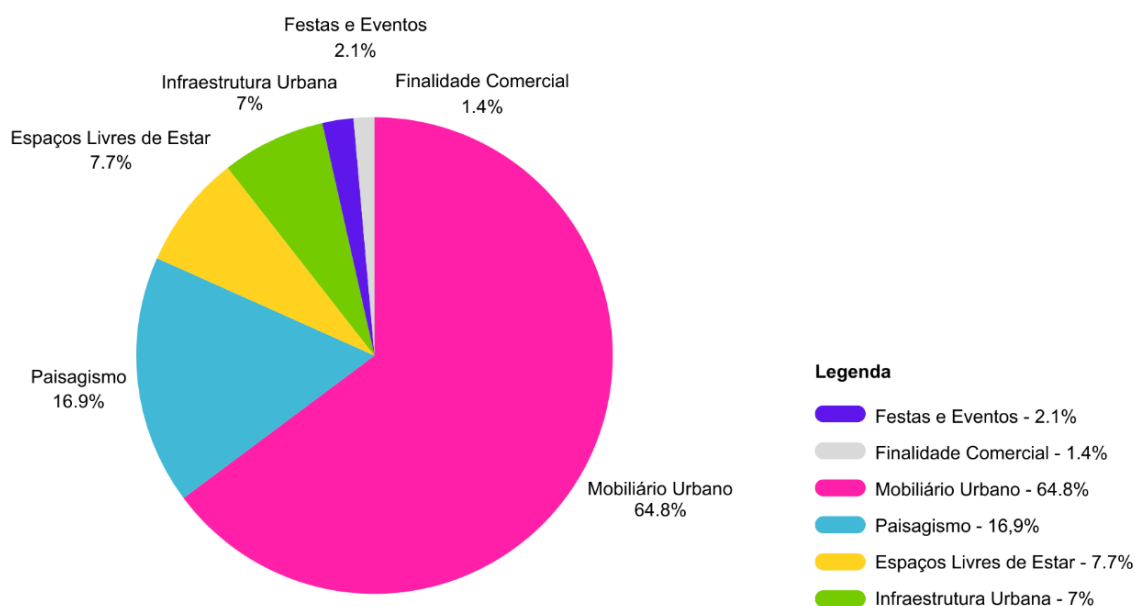
A seguir, apresentam-se os mapas e diagramas elaborados a partir do levantamento e da categorização das apropriações espontâneas, os quais ilustram sua distribuição espacial e permitem visualizar as áreas de maior concentração e diversidade de intervenções no território estudado (Figura 3).

Figura 3: Mapa de Classificação de Intervenções Espontâneas no Bairro Nova Viçosa



Fonte: Google Earth modificado pela autora, 2025.

Gráfico 1 – Categorização das intervenções observadas



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao todo, foram contabilizadas 142 intervenções. Destas, 92 são mobiliário urbano, 24 se relacionam com propostas de paisagismo, 11 são espaços livre de estar, 10 são iniciativas de infraestrutura urbana, 3 são festas e eventos e 2 são intervenções com finalidade comercial. O gráfico 1 uma análise quantitativa das intervenções. De forma a ilustrar o levantamento da pesquisa, seguem exemplos de ações por categoria das duas mais observadas (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Exemplos de intervenções do tipo “Mobiliário Urbano” nas ruas do Bairro Nova Viçosa: 1. Varal coletivo na calçada; 2. Lixeiras improvisadas feitas com pneu e reaproveitamento de máquina de lavar roupas; 3. Banco improvisado na calçada com função de ponto de ônibus.



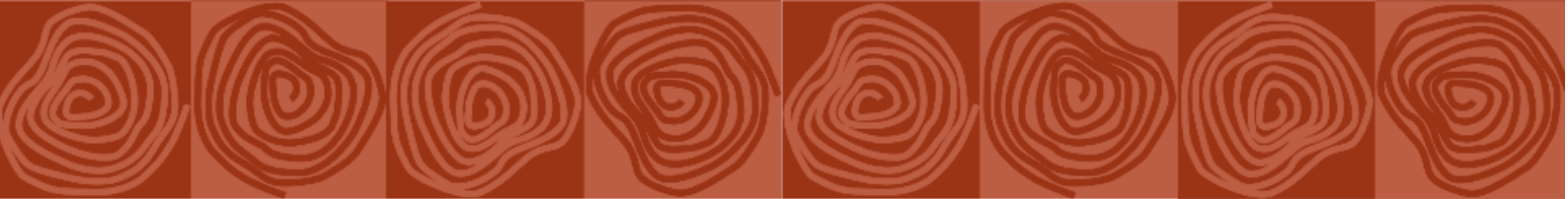
Fonte: Google Earth, 2025; acervo da autora, 2025.

Figura 5 – Exemplos de intervenções do tipo “Espaços Livres de Estar” nas ruas do Bairro Nova Viçosa: 1. “Campinho” improvisado; 2. “Pracinha” com quiosques feitos com antenas parabólicas encapadas e bancos de madeira. 3. “Varanda” coberta na calçada.



Fonte: Google Earth, 2025; acervo da autora, 2025.

As intervenções do espaço encontradas foram analisadas segundo a tipologia de informalidade urbana de Harris (2018), cuja classificação, latente, difusa, embutida, aberta e dominante, evidencia como diferentes graus de regulação, visibilidade e organização social moldam práticas que variam de pequenas ações cotidianas dispersas até processos amplos que estruturam inteiros territórios. Ao mesmo tempo, essas formas de produção do espaço foram relacionadas às dimensões críticas do espaço público propostas por Schlack e Araújo (2022), que destacam como a auto-organização comunitária, a desigualdade estrutural, os modos de habitar, os conflitos cotidianos e a própria materialidade urbana influenciam a construção, o uso e a disputa



pelos espaços públicos na América Latina. A síntese dessas duas referências demonstra que cada modo de informalidade se articula de maneira distinta com fatores como produção social do habitat, fragmentação territorial, estratégias de proteção e resistência, e práticas consolidadas de vizinhança, permitindo compreender as intervenções observadas não como desvios, mas como respostas situadas e coerentes às falhas do planejamento formal e às realidades locais. A informalidade, ao se manifestar em níveis que vão do latente ao dominante, influencia diretamente a configuração espacial, a produção do habitat e a forma como a coletividade se organiza no cotidiano das cidades.

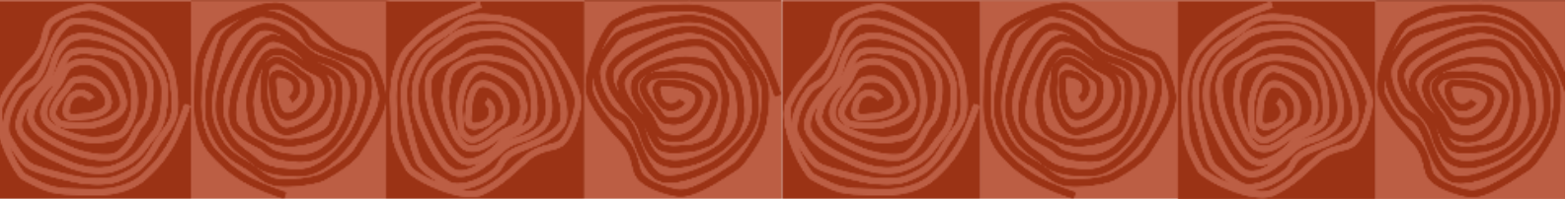
A trajetória do bairro Nova Viçosa, desde sua criação, em 1978, sob condições precárias de infraestrutura, até sua configuração atual, é marcada por baixos indicadores sociais e pela persistente ausência de investimentos públicos, configurando um contexto em que a informalidade se torna componente estrutural do espaço urbano. Nesse sentido, a classificação proposta por Harris (2018) contribui para compreender como as apropriações espontâneas do bairro se inserem nos diferentes modos de desenvolvimento informal identificados pelo autor. As intervenções predominantes, especialmente as classificadas como mobiliário urbano (64,8%) e paisagismo (16,9%), expressam uma informalidade difusa, caracterizada por práticas pontuais, pequenas em escala, de iniciativa individual ou de pequenos grupos, e não articuladas entre si. Materializam-se em bancos improvisados, vasos dispostos nas calçadas, varais coletivos e lixeiras feitas com materiais reciclados.

Há, contudo, registros de práticas que resultam em transformações mais permanentes e estruturadas, como o calçamento coletivo de algumas ruas na década de 1980, realizado por meio de mutirões com uso de pedras disponibilizadas pela prefeitura, ou a organização de festas e eventos autogeridos. Embora menos frequentes, essas ações demandam maior grau de coordenação comunitária e evidenciam esforços da população para suprir ou remediar lacunas deixadas pelo Estado.

O bairro revela, assim, uma forte dimensão de auto-organização, na medida em que moradores transformam espaços ociosos em áreas de convivência e lazer; ao mesmo tempo, essa dinâmica também expõe desigualdades e fragmentações. O reduzido número de usos coletivos duradouros, como praças estruturadas, e a presença de apropriações privadas de ruas e calçadas para fins comerciais, sem fiscalização ou ordenamento municipal, indicam que o espaço público em Nova Viçosa permanece fragilizado enquanto lugar de encontro e convivência. Prevaecem intervenções precárias voltadas ao cotidiano imediato e a sociabilidades restritas, reforçando lógicas de enclaves e apropriações individualizadas.

É importante ressaltar que não se trata de romantizar a precariedade. As apropriações espontâneas identificadas no bairro constituem, antes de tudo, respostas resilientes a um histórico de ausência institucional, funcionando como estratégias de sobrevivência urbana em um território vulnerabilizado. Ao mesmo tempo, sua permanência ao longo de décadas revela a potência de um “urbanismo cotidiano” que, embora fragmentado, materializa o direito à cidade em sua forma mais básica: a possibilidade de habitar, conviver, permanecer e reinventar o espaço mesmo diante do abandono do poder público.

As apropriações urbanas manifestam-se como práticas sociais que, simultaneamente, denunciam as ausências do Estado e propõem alternativas sensíveis para a vida coletiva. Nesse sentido, configuram-se como críticas ao planejamento urbano formal. Elas tornam visíveis as falhas do planejamento oficial, seja por omissão, lentidão, desigualdade territorial ou inadequação das soluções propostas, e proliferam justamente em áreas “abandonadas” pelo poder público, funcionando como uma denúncia concreta das insuficiências da cidade “planejada”.



Essas práticas também evidenciam a dificuldade que o planejamento tradicional enfrenta para captar as dinâmicas que estruturam a vida urbana, revelando prioridades e racionalidades que permanecem fora do escopo institucional. As necessidades cotidianas da população frequentemente divergem das prioridades governamentais, e as apropriações espontâneas emergem de outra temporalidade: a precariedade faz com que sejam construídas e reconstruídas regularmente. São marcadas pela imediatez e pela adaptação contínua, em contraste com soluções de longo prazo. Não se trata, contudo, de negar a importância destas últimas — elas são fundamentais —, mas de reconhecer que, sozinhas, não dão conta das complexidades do convívio cotidiano, das relações de vizinhança e das fronteiras fluidas entre o espaço público e o interior doméstico.

As práticas informais revelam, portanto, uma outra racionalidade urbana, pautada pelo cuidado, pela criatividade individual e coletiva, pela presença cotidiana e pelo convívio comunitário. Enquanto o planejamento formal tende a seguir parâmetros técnicos, legais e padronizados, as soluções produzidas pelas comunidades operam de forma situada: são afetivas, temporárias, improvisadas e colaborativas. Ao fazê-lo, propõem uma forma alternativa de produzir cidade, que contesta a rigidez e o distanciamento característicos do planejamento tradicional.

Ao mesmo tempo, os moradores reivindicam protagonismo na produção do espaço. Nesse sentido, essas práticas também constituem uma crítica à autoridade exclusiva do planejamento técnico-institucional ao afirmar que a produção da cidade é múltipla, cotidiana e dissensual, e que novas formas de gestão e intervenção na cidade devem ser pensadas, incorporando ao mesmo tempo a atuação necessária do poder público, porém criando mecanismos para uma gestão mais próxima da vida cotidiana, participativa, colaborativa e contínua.

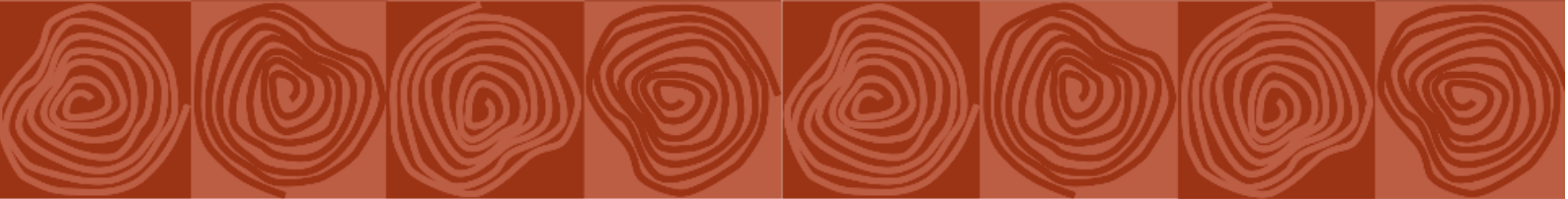
Ao evidenciar os limites do planejamento tradicional, essas apropriações podem sugerir caminhos para sua reinvenção. As práticas observadas no Nova Viçosa revelam a existência de capacidades criativas, organizativas e políticas frequentemente desconsideradas pelas instituições. Reconhecê-las implica ampliar o debate sobre planejamento urbano para incluir formas de produção do espaço que partem do cotidiano e da experiência direta dos moradores.

Esse reconhecimento, porém, não está livre de tensões. A institucionalização de práticas comunitárias pode ampliar sua abrangência, mas também corre o risco de esvaziar sua potência autônoma, submetendo-as a protocolos formais e perdendo a espontaneidade que lhes confere força. O desafio consiste em construir formas de diálogo que legitimem essas ações sem absorvê-las completamente, permitindo que o planejamento se transforme a partir da interação horizontal com a sociedade civil.

Assim, as apropriações espontâneas revelam a natureza contraditória da cidade: se por um lado evidenciam a ausência do poder público, por outro oferecem pistas para modos de planejamento mais democráticos e sensíveis, ancorados no cuidado, na coletividade e na invenção cotidiana. Reconhecer essas práticas como parte legítima da produção urbana significa ampliar a compreensão do planejamento para além de sua dimensão formal, aproximando-o das demandas reais dos habitantes das cidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido até aqui, percebe-se que o espaço urbano não é apenas resultado de planos técnicos ou de decisões institucionais: ele é uma obra coletiva, construída por múltiplas mãos, práticas e significados. Neste sentido, as ações populares configuram-se como formas efetivas de intervenção no espaço urbano, ainda que frequentemente não reconhecidas



pelas instituições formais. O planejamento que emerge das necessidades, dos afetos e da criatividade cotidiana revela-se como uma dimensão fundamental da produção do espaço, evidenciando que a cidade é uma construção contínua, inacabada e em constante transformação.

Autores como Lefebvre (2000) e Harvey (2012) mostraram que o espaço é, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e campo de resistência, sendo produzido por meio de práticas que refletem tanto interesses hegemônicos quanto necessidades e reivindicações populares. No contexto brasileiro, Milton Santos (2004) e Villaça (2011) ressaltaram que a urbanização é marcada por desigualdades estruturais, mas também por estratégias de sobrevivência e resistência que emergem das periferias e da vida cotidiana.

Ao revisitarmos esse debate, compreendemos que a cidade é obra coletiva, constantemente tensionada entre as estratégias institucionais e as táticas cotidianas (Certeau, 1998), entre a normatização do espaço e a criatividade insurgente de seus habitantes. As práticas populares como autoconstrução, usos informais do espaço público, pequenas intervenções comunitárias ou ações coletivas de resistência, configuram formas efetivas de apropriação urbana, ainda que muitas vezes invisibilizadas pelas políticas oficiais. Esse horizonte dialoga com o conceito de urbanismo cotidiano (Crawford, 2004; Santos & Vogel, 1985), que valoriza os arranjos locais e as invenções diárias como elementos centrais para compreender a vitalidade urbana.

Como afirma (Fernandes, 2012), o poder público pode tomar partido e criar estratégias de democratização do Estado a partir da garantia da participação popular nas decisões e na gestão pública. A participação popular deve ser parte essencial de um projeto voltado à transformação do poder público, articulando mudanças tanto no âmbito governamental quanto na sociedade civil. Essa participação deve ter como propósito criar oportunidades para que se desenvolvam ações alternativas às impostas pela classe dominante, promovendo a construção de uma cultura democrática mais plural e fundamentada no reconhecimento dos direitos dos cidadãos. (Fernandes, 2012).

Entendemos, então, que a participação política, como a presença dos sujeitos sociais ocupando o espaço de tomada de decisões, integra a dimensão ampliada da democracia, atuando como instrumento de formação e de controle da vontade coletiva (Fernandes, 2012, p.63).

O reposicionamento do planejamento urbano requer compreendê-lo como prática dialógica, na qual saberes técnicos e populares possam se articular de forma horizontal. Ao contrário da tradição tecnocrática que historicamente marcou o planejamento urbano brasileiro, privilegiando o conhecimento institucionalizado, o planejamento dialógico pressupõe escuta ativa e incorporação das práticas cotidianas como parte legítima da formulação de políticas públicas.

Essa abordagem aproxima-se das insurgências urbanas nas quais sujeitos coletivos reivindicam o direito à cidade por meio de ações criativas que emergem do cotidiano. Nesse contexto, reconhecer a legitimidade dos arranjos populares é fundamental. As práticas informais, longe de serem vistas como falhas ou carências, constituem formas válidas de produção do espaço urbano.

Para articular planejamento formal e práticas insurgentes, é possível recorrer a instrumentos e metodologias que preservem essa autonomia. Experiências com plataformas digitais que promovam o mapeamento colaborativo, que temos desenvolvido como um desdobramento desta pesquisa, demonstram o potencial do georreferenciamento participativo em dar visibilidade às práticas populares e integrá-las às bases institucionais. Nesse processo, moradores tornam-se também produtores de informações situadas, fortalecendo a gestão democrática do território. Assim, o planejamento urbano se reposiciona como prática de escuta,

reconhecimento e abertura, articulando insurgência e institucionalidade sem apagar suas diferenças. Nessa perspectiva, abre-se caminho para a construção de cidades mais vivas, sensíveis e democráticas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos Vinicius Sanches *et al.* Proposta metodológica para o cálculo e análise espacial do IDH intraurbano de Viçosa-MG. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 169–186, 2011.

ADEBARA, Temitope Muiwa; ADEBARA, Oyinloluwa Beatrice; TAIWO, Amos Oluwole. The use or misuse of urban streets? Exploration of everyday urbanism in traditional city centres. **International Journal of Real Estate Studies**, v. 17, n. 1, p. 13–23, 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade e dá outras providências, , 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COELHO, Dayana Debossan. **Da fazenda ao bairro: a construção de uma Nova Viçosa**. Trabalho de Conclusão de Curso—Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2013.

CRAWFORD, Margaret. **Everyday Urbanism: Margaret Crawford vs. Michael Speaks**. Ann Arbor: Arts Press, 2004.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? **Revista UFMG**, v. 20, n. 1, p. 212–233, 2013.

FERNANDES, Mônica Abranches. **Planejamento urbano participativo: o mapeamento dos problemas da cidade pelos seus diversos atores**. Vila Velha: Opção Editora, 2012.

HARRIS, Richard. Modes of Informal Urban Development. **Journal of Planning Literature**, v. 33, n. 3, p. 267–286, 28 ago. 2018.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73–89, 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

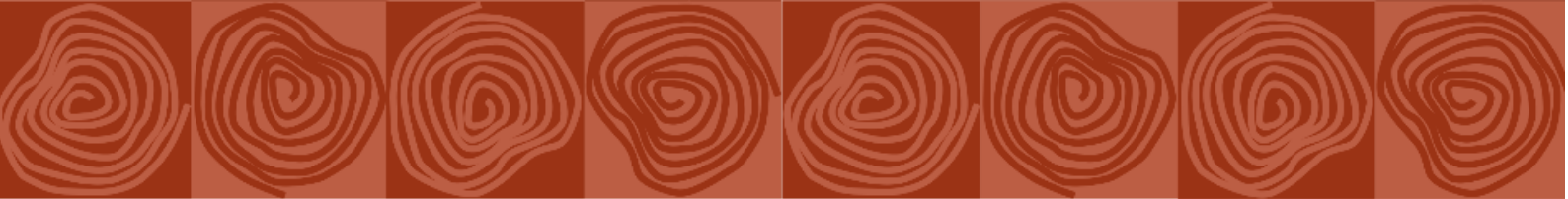
LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hans; AMORIM, Lucas de Carvalho de; BORBA, Julian. Ceticismo e polarização: determinantes políticos da não participação em instituições participativas. **Cadernos Metrópole**, v. 27, n. 63, 2025.

MCFARLANE, Colin; SILVER, Jonathan. Navigating the city: dialectics of everyday urbanism. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, n. 3, p. 458–471, 30 set. 2017.

OLIVEIRA, Celso Maran de; LOPES, Dulce; SOUSA, Isabel Cristina Nunes de. Direito à participação nas políticas urbanísticas: avanço após 15 anos de estatuto da cidade. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 2, p. 322–334, maio 2018.



RODRIGUES, Arlete Moysés. Direito à cidade e o estatuto da cidade. **CIDADES**, v. 2, n. 3, p. 89–110, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**. 3ª ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHLACK, Elke; ARAUJO, Kathya. Espacio público: registros alternativos para pensar y construir el espacio público en ciudades de Latinoamérica. **Revista INVI**, v. 37, n. 106, p. 1–23, 18 nov. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TALLEN, Emily. Do-it-yourself urbanism: A history. **Journal of Planning History**, v. 14, n. 2, p. 135–148, 2 maio 2015.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: 2005.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.